



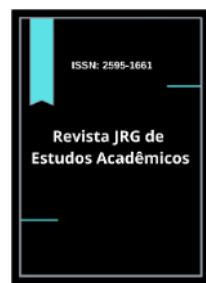
ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://periodicoscapes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:
<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Transparência pública: controle social e acesso à informação no portal da transparência de Canaã dos Carajás – PA

Public transparency: social control and access to information on the transparency portal of Canaã dos Carajás – PA

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.2861

ARK: 57118/JRG.v9i20.2861

Recebido: 14/01/2026 | Aceito: 20/11/2026 | Publicado on-line: 21/01/2026

Itamar dos Santos Fonseca¹

<https://orcid.org/0000-0002-4474-0970>
 <http://lattes.cnpq.br/3140810757285791>
Unitins, TO, Brasil
E-mail: email@gmail.com

Jucicleia Teodoro de Lima Izidoro²

<https://orcid.org/0009-0003-5991-2100>
 <http://lattes.cnpq.br/6510581337283556>
Unitinl, TO, Brasil
E-mail: jucicleia.tl@unitins.br

Ana Paula Monteiro de Oliveira³

<https://orcid.org/0009-0000-6818-4799>
 <http://lattes.cnpq.br/8012280927150519>
UNITINS, TO, Brasil
E-mail: anna.pm@unitins.br

José Fernando Bezerra Miranda⁴

<https://orcid.org/0009-0005-9986-1285>
 <http://lattes.cnpq.br/8012280927150519>
UNITINS, TO, Brasil
E-mail: jose.fb@unitins.br



¹ Possui graduação em Matemática pela Universidade Estadual do Pará UEPA (2022) e graduação em História pela Universidade Cesumar UNICESUMAR (2022). É especialista em Matemática, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí UFPI (2023), especialista em ensino de Matemática para os anos iniciais - UPPA (2025), especialista em Tutoria em Educação a Distância - UFMS (2025), pós graduando em gestão pública pela UNITINS/UAB.

² Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional - Universidade de Taubaté - UNITAU em São Paulo (2020). Possui Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade do Bico do Papagaio- FABC (2010). CRC TO-004475/O-3. Pós Graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Bico do Papagaio - FABC (2014). Lider Coach, Analista Comportamental e Professional Life Coach pelo Instituto BCC (2016). Atua como Docente do Ensino Superior na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, atua como Tutora EAD no projeto TO Graduado e na pós graduação da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

³ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (2021) Possui graduação em CIÉNCIAS CONTÁBEIS pela Faculdade do Bico do Papagaio (2012). Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Instituto Nordeste de Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação (2014).

⁴Doutorando em Educação pelo Educanorte e mestre em Educação pela UFT, Pós-graduado em Gestão Pública e um MBA em Docência do Ensino Superior e Auditoria contábil. Possui graduações em Pedagogia pela Faculdade UNIASSELVI, em Administração pelo Centro Universitário ITOP, e em Contabilidade pelas Faculdades Objetivo.

⁴ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade de Taubaté (2021) Possui graduação em CIÉNCIAS CONTÁBEIS pela Faculdade do Bico do Papagaio (2012). Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Instituto Nordeste de Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação (2014).

⁴Doutorando em Educação pelo Educanorte e mestre em Educação pela UFT, Pós-graduado em Gestão Pública e um MBA em Docência do Ensino Superior e Auditoria contábil. Possui graduações em Pedagogia pela Faculdade UNIASSELVI, em Administração pelo Centro Universitário ITOP, e em Contabilidade pelas Faculdades Objetivo.



Resumo

O presente artigo analisa a eficácia do portal da transparéncia do município de Canaã dos Carajás (PA) como instrumento de promoção do controle social, à luz da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). O município apresenta um contexto socioeconômico singular, marcado por orçamentos bilionários impulsionados pela exploração mineral especialmente pelo Complexo S11D, o que demanda elevado rigor na fiscalização da aplicação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e observação direta dos mecanismos de transparéncia ativa e passiva, com ênfase no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Os resultados indicam que, embora o município apresente elevada prontidão tecnológica e cumpra os requisitos formais de publicidade e tempestividade, persiste o fenômeno da “transparéncia opaca”, caracterizado pela dificuldade de compreensão das informações por parte do cidadão comum. Conclui-se **que há uma necessidade de transformação** rumo a um modelo de “transparéncia cidadã”, mediante o uso de linguagem acessível, ferramentas de visualização de dados e ações pedagógicas, de modo a assegurar que a riqueza mineral se converta em desenvolvimento sustentável e no fortalecimento da participação democrática.

Palavras-chave Transparéncia Pública. Controle Social. Canaã dos Carajás. Lei de Acesso à Informação. Accountability

Abstract

This article analyzes the effectiveness of the transparency portal of the municipality of Canaã dos Carajás (PA) as an instrument for promoting social control, in light of Law No. 12,527/2011 (Access to Information Law - LAI). The municipality presents a unique socioeconomic context, marked by billionaire budgets driven by mineral exploration especially by the S11D Complex, which demands high rigor in monitoring the application of the Financial Compensation for Mineral Resources Exploration (CFEM). The adopted methodology consisted of qualitative and descriptive research, based on a bibliographic review, documentary analysis, and direct observation of active and passive transparency mechanisms, with an emphasis on the Citizen Information Service (SIC). The results indicate that, although the municipality demonstrates high technological readiness and complies with formal requirements of publicity and timeliness, the phenomenon of “opaque transparency” persists, characterized by the difficulty of understanding information by ordinary citizens. It concludes with the need for advancement toward a “citizen transparency” model, through the use of accessible language, data visualization tools, and pedagogical actions, in order to ensure that mineral wealth translates into sustainable development and the strengthening of democratic participation.

Keywords: Public Transparency. Social Control. Canaã dos Carajás. Access to Information Law. Accountability.

1. Introdução

A transparéncia pública consolidou-se como um princípio fundamental para a manutenção da democracia contemporânea e para o exercício pleno da cidadania. No contexto brasileiro, a transição para um modelo de administração pública mais aberta e visível foi impulsionada por marcos normativos relevantes, como a Lei Complementar nº 131/2009 e a Lei nº 12.527/2011, que ampliaram significativamente as obrigações estatais de divulgação de informações. Esses instrumentos deslocaram o princípio da publicidade de uma lógica restrita aos diários oficiais para a transparéncia ativa, exigindo que o Estado disponibilize informações de forma proativa, acessível e em tempo oportuno.

Nesse cenário, o município de Canaã dos Carajás, localizado no sudeste do Pará, constitui um objeto de estudo particularmente relevante. Originalmente concebido como projeto de colonização agrícola na década de 1980, o município teve sua trajetória profundamente alterada pela descoberta e exploração de jazidas minerais de grande porte. A emancipação política, em 1994, e a implantação de projetos minerários, como Sossego (cobre) e o Complexo S11D (ferro), elevaram Canaã dos Carajás à condição de um dos municípios de maior crescimento econômico do país. Esse crescimento resultou em um aumento expressivo da arrecadação pública, com orçamentos que ultrapassam a marca de R\$ 2 bilhões anuais, fortemente impulsionados pela CFEM. Tal cenário impõe à administração pública uma responsabilidade proporcional no que se refere à accountability e ao controle social, uma vez que a abundância de recursos, especialmente em regiões mineradoras, pode elevar os riscos de má gestão e de desvios.

Diante desse contexto, o problema central desta pesquisa consiste em verificar se o Portal da Transparéncia de Canaã dos Carajás é capaz de reduzir a assimetria informacional entre o poder público e a sociedade. Questiona-se se a ferramenta, promove uma transparéncia efetivamente pedagógica ou se se limita a funcionar como um repositório técnico de dados de difícil compreensão para o cidadão comum. O objetivo do estudo é, portanto, analisar a eficácia do portal municipal sob a ótica da LAI, considerando tanto a transparéncia ativa quanto a passiva, contribuindo para o debate sobre governança e controle social em municípios de alta performance econômica.

2. Metodologia

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de caso único, de natureza descritiva e abordagem qualitativa. Segundo Yin (2015, p. 18), o estudo de caso consiste em uma "investigação empírica de um fenômeno contemporâneo em profundidade e no seu contexto de vida real", sendo a estratégia preferencial quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas. A escolha deste método para analisar o Portal da Transparéncia de Canaã dos Carajás justifica-se pela necessidade de compreender como as ferramentas tecnológicas de acesso à informação interagem com a complexidade sociopolítica e econômica local. A coleta de dados foi estruturada em quatro etapas interdependentes:

Levantamento Bibliográfico: Consistiu na revisão sistemática da literatura científica sobre transparéncia pública, controle social, accountability e governança digital. Foram selecionados livros, artigos de periódicos de alto impacto, dissertações e teses que forneceram o aporte teórico necessário à discussão dos resultados.

Análise do Portal da Transparéncia Municipal: Realizou-se uma navegação sistemática no domínio oficial da Prefeitura de Canaã dos Carajás para identificar indicadores de transparéncia ativa. Foram examinados dados relativos a receitas,



despesas, processos licitatórios, contratos, quadro de servidores e índices constitucionais de aplicação em saúde e educação.

Verificação de Canais de Transparéncia Passiva: Analisou-se a operacionalização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e do e-SIC, avaliando as políticas municipais de atendimento e os mecanismos disponibilizados para a requisição de dados sigilosos ou não publicados proativamente.

Comparação Prospectiva: Procedeu-se ao cruzamento das práticas observadas no objeto de estudo com resultados de pesquisas que avaliaram portais de outros municípios brasileiros. Tal procedimento visou situar o caso de Canaã dos Carajás em um contexto nacional de avaliação de ferramentas de transparéncia.

Para avaliar a qualidade do acesso, o portal foi submetido a uma lista de verificação adaptada da Escala Brasil Transparente (EBT), observando os critérios de: Disponibilidade; Tempestividade; Usabilidade e Funcionalidade da Transparéncia Passiva.

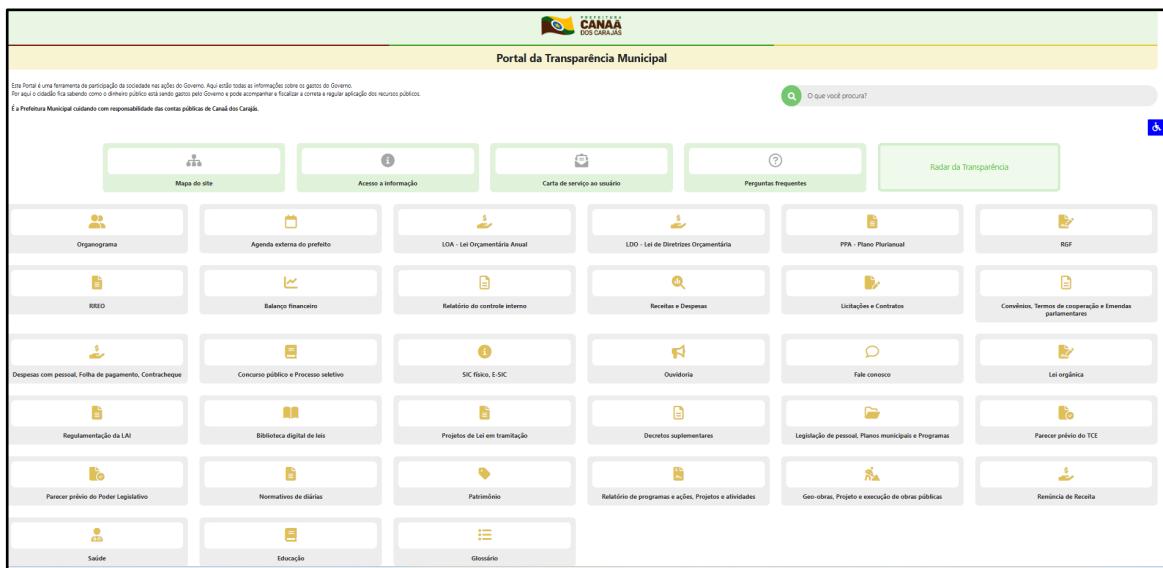
O tratamento dos dados considerou tanto os aspectos normativos o cumprimento estrito da Lei nº 12.527/2011 e da Lei Complementar nº 131/2009 quanto os aspectos substantivos, tais como a clareza da linguagem, a facilidade de navegação e o estímulo à participação cidadã. Por fim, os dados foram organizados e submetidos à técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011), o que permitiu categorizar e inferir as distinções entre a "transparéncia formal" (conformidade burocrática) e a "transparéncia efetiva" (utilidade social da informação).

3. Resultados e Discussão

A análise do Portal da Transparéncia de Canaã dos Carajás evidencia que o município apresenta desempenho superior à média nacional em termos de infraestrutura tecnológica e conformidade normativa, embora compartilhe desafios estruturais comuns a outros municípios brasileiros, especialmente no que se refere à inteligibilidade das informações disponibilizadas.

Estudos de Raupp e Pinho (2013) apontam que, em grande parte dos municípios, a prestação de contas eletrônica prioriza o cumprimento formal das exigências legais, em detrimento da promoção do diálogo com o cidadão. Em Canaã dos Carajás, observa-se padrão semelhante: o portal apresenta elevado nível técnico na divulgação de dados orçamentários, financeiros e contábeis, mas carece de recursos explicativos que facilitem a compreensão por parte da população. Tal característica aproxima-se do conceito de "transparéncia de balcão", em que a informação é disponibilizada, porém sem mediação pedagógica. A Figura 01 ilustra a estrutura do painel de controle do Portal da Transparéncia do município, evidenciando organização funcional e acesso direto às principais categorias de informação fiscal e administrativa.

Figura 01 – Painel de controle Portal da transparéncia de Canaã dos Carajás-PA



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Portal da Transparéncia (2025)

No que se refere à atualização das informações, verifica-se que o portal atende ao princípio da tempestividade, conforme previsto no art. 8º da Lei nº 12.527/2011, assegurando a divulgação contínua de informações de interesse coletivo, independentemente de requerimento prévio. Esse aspecto representa um diferencial positivo em relação à média nacional.

Entretanto, apesar da atualização frequente, a análise da usabilidade revela limitações relevantes. A magnitude financeira administrada pelo município, decorrente sobretudo da CFEM, exige mecanismos de transparéncia mais robustos e didáticos. A Tabela 01 evidencia a expressiva capacidade financeira de Canaã dos Carajás, demonstrando elevado grau de dependência da receita mineral.

Tabela 01 magnitude financeira gerida pelo município

Categoria de Indicador	Exercício 2023 (Realizado)	Exercício 2024 (Previsto/Atualizado)	Observações Técnicas
Receita Corrente Total	R\$ 1.785.420.000,00	R\$ 2.052.180.000,00	Crescimento impulsionado pela produção mineral.
Receita de CFEM (Royalties)	R\$ 1.089.106.200,00	R\$ 1.272.350.000,00	Representa a principal fonte de receita (Compensação Mineral).
Participação da CFEM (%)	61,0%	62,1%	Indica o grau de dependência da economia mineral.
Investimentos (Obras/Equip.)	R\$ 452.300.000,00	R\$ 510.900.000,00	Valores destinados à infraestrutura e diversificação econômica.

Categoria de Indicador	Exercício 2023 (Realizado)	Exercício 2024 (Previsto/Atualizado)	Observações Técnicas
Gasto com Pessoal (Líquido)	R\$ 542.800.000,00	R\$ 620.400.000,00	Dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
Superávit Financeiro	R\$ 185.000.000,00	Em processamento	Saldo positivo acumulado de exercícios anteriores.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Portal da Transparéncia (2025)

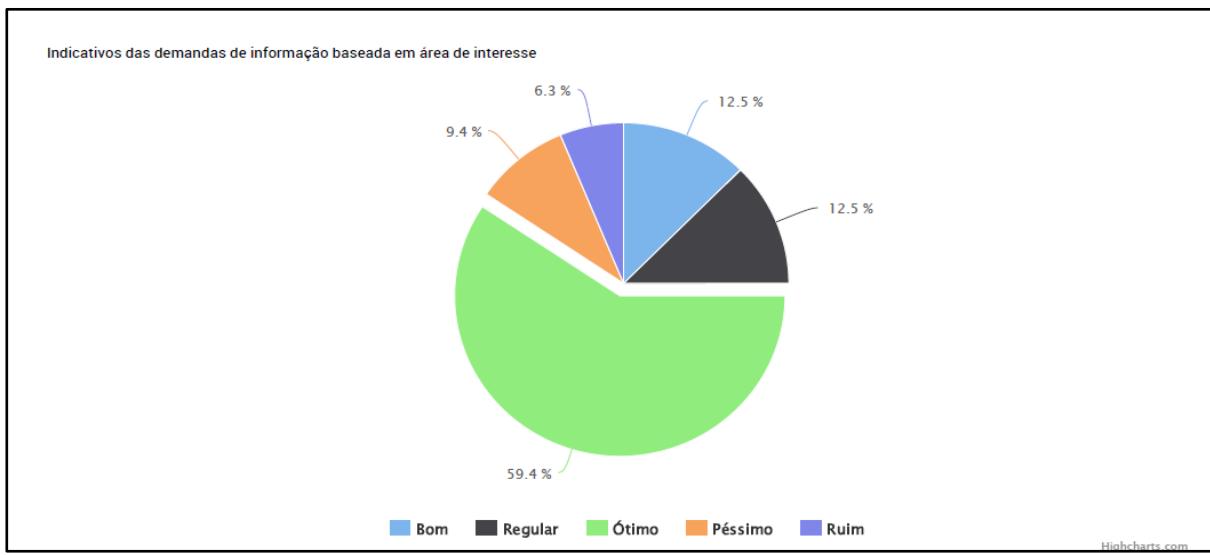
Apesar da ampla divulgação dos dados financeiros, observa-se o fenômeno da “transparéncia opaca”, caracterizado pelo uso excessivo de terminologia técnica, como “dotação orçamentária” e “restos a pagar”, sem glossários ou recursos explicativos. Essa limitação compromete o exercício do controle social, especialmente por cidadãos sem formação contábil. Ademais, embora os valores arrecadados via CFEM sejam publicizados, não há painéis específicos que demonstrem, de forma clara e acessível, a destinação desses recursos em projetos estruturantes.

No âmbito da transparéncia passiva, o município operacionaliza o acesso à informação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), do e-SIC e da Ouvidoria Municipal. O portal atende às diretrizes da Lei nº 12.527/2011 ao permitir a solicitação de informações sem exigência de justificativa. Contudo, identifica-se excessiva centralização no canal digital, com pouca visibilidade para o atendimento presencial, o que pode restringir o acesso de cidadãos com baixo letramento digital, conforme alertado por Jardim (2012).

Quanto aos prazos e fluxos de atendimento, o município cumpre, em termos formais, os prazos legais estabelecidos pela LAI. As demandas concentram-se, majoritariamente, em temas administrativos, como concursos públicos, licitações e gastos com pessoal. Entretanto, permanece o desafio de garantir a qualidade das respostas, evitando práticas de respostas evasivas, apontadas por Raupp e Pinho (2013) como recorrentes em administrações públicas.

A análise da avaliação dos usuários do e-SIC, apresentada nos Gráficos 01, 02 e 03 oferecem um diagnóstico relevante sobre a capacidade de resposta institucional.

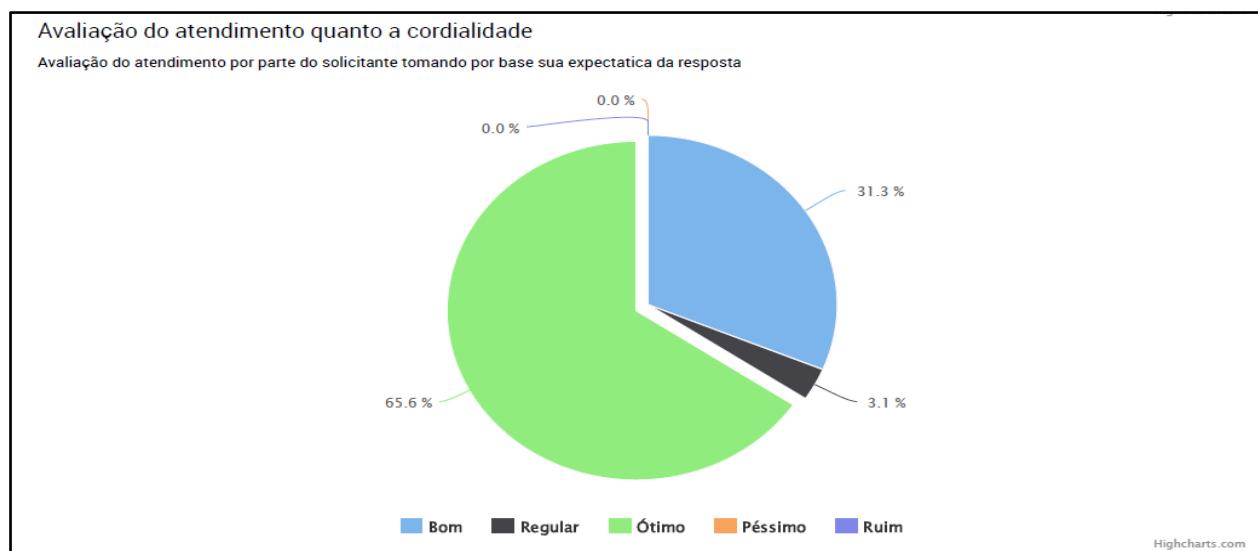
Gráfico 01- Expectativa versus realidade: eficácia das respostas



Os dados indicam um cenário de aprovação majoritária, com 59,4% dos usuários avaliando o atendimento como "Ótimo" no que tange à expectativa da resposta. Somado aos 12,5% que consideram "Bom", tem-se um índice de satisfação superior a 70%. Esse dado sugere que a Prefeitura de Canaã não apenas cumpre os prazos da LAI, mas consegue fornecer informações que possuem aderência às necessidades do solicitante.

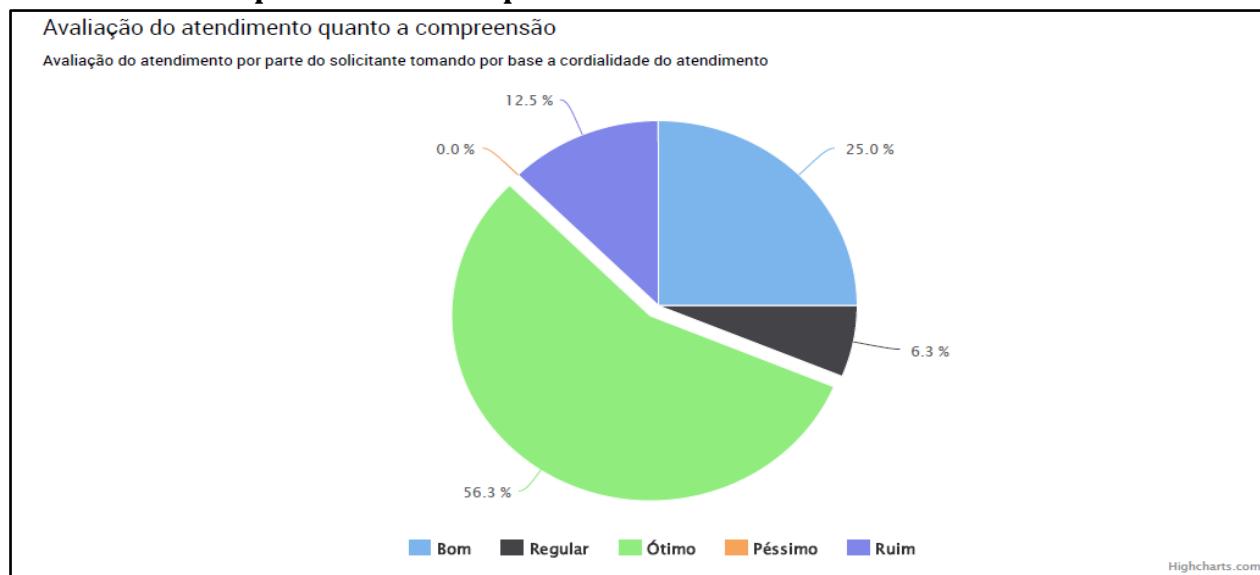
Todavia, a presença de avaliações negativas ("Ruim" e "Péssima") reforça a necessidade de aprimoramento qualitativo do atendimento, conforme discutido por Beghin (2014), índices negativos em portais de transparéncia geralmente estão atrelados a respostas evasivas ou ao redirecionamento excessivo para outros links, o que frustra o cidadão que busca uma solução direta para sua dúvida. O Gráfico 02 evidencia elevado índice de cordialidade no atendimento, com 65,6% das avaliações classificadas como "Ótimas", refletindo uma cultura organizacional orientada ao cidadão.

Gráfico 02 – Cordialidade no atendimento



O gráfico 02 demonstra um ponto de destaque positivo na gestão de Canaã que é a cordialidade no atendimento, onde 65,6% das avaliações são "Ótimas". Esse indicador reflete uma cultura organizacional voltada ao atendimento ao público, minimizando a barreira burocrática comum em órgãos estatais. Já o **Gráfico 03** indica boa compreensão das respostas fornecidas, sinalizando esforço do corpo técnico em traduzir informações complexas em linguagem mais acessível, conforme a concepção do servidor público como mediador da informação (Jardim, 2012).

Gráfico 03 – Compreensão das respostas



Fonte: Dados do Portal da Transparéncia (2025)

No que se refere à compreensão das respostas fornecidas, os dados indicam elevada taxa de aprovação, evidenciando que o corpo técnico da Prefeitura de Canaã dos Carajás tem conseguido traduzir informações complexas em explicações acessíveis ao público. Tal resultado corrobora a perspectiva de Jardim (2012), segundo a qual o servidor público desempenha o papel de mediador da informação, sendo a clareza da linguagem o elemento que transforma o dado técnico em instrumento efetivo de cidadania.

Ao relacionar os índices de satisfação apresentados nos gráficos com o conceito de "prontidão institucional" proposto por Pinho e Sacramento (2009), constata-se que o município dispõe de uma estrutura de e-SIC que ultrapassa o cumprimento meramente formal da legislação. A reduzida incidência de avaliações classificadas como "Regulares" (6,3%) revela uma polarização no serviço prestado, caracterizada por respostas percebidas pelos usuários como altamente satisfatórias ou, em menor proporção, insatisfatórias.

Essa polarização é típica de sistemas em fase de consolidação institucional. Nesse sentido, para o aprimoramento da transparéncia, torna-se necessário investigar as causas das avaliações negativas (21,9% classificadas como "Ruim" ou "Péssima"), identificando possíveis gargalos relacionados à ausência de dados em áreas específicas ou a limitações técnicas no acesso a documentos e arquivos anexos.

Em perspectiva comparativa, os achados convergem com a análise de Zucoloto (2015), que aponta que, embora Canaã dos Carajás apresente desempenho superior ao de grandes centros urbanos no quesito tempestividade da informação, o município ainda

enfrenta fragilidades quanto à inteligibilidade dos dados. Diferentemente de capitais como São Paulo e Curitiba, que já utilizam painéis de Business Intelligence (BI) para facilitar a visualização dos gastos públicos, Canaã mantém uma estrutura baseada predominantemente em tabelas extensas e arquivos em formato PDF, o que, conforme destaca Beghin (2014), dificulta o exercício do controle social por cidadãos sem formação técnica.

No contexto de municípios mineradores, estudos realizados em Itabira (MG) e Parauapebas (PA) evidenciam que a elevada dependência da CFEM tende a produzir uma “transparéncia de fachada”. Conforme argumenta Gardner (2019), quando a arrecadação municipal não provém majoritariamente de tributos diretos, como IPTU e ISS, há menor engajamento da população na fiscalização dos gastos públicos. Em Canaã dos Carajás, observa-se dinâmica semelhante: apesar da ampla divulgação dos valores arrecadados por meio da CFEM, ainda não há detalhamento pedagógico sobre a aplicação desses recursos em políticas de diversificação econômica, padrão de omissão também identificado por Jardim (2012) em estudos sobre a gestão de recursos não renováveis. A Tabela 02 sintetiza a avaliação geral do Portal da Transparéncia do município em comparação com a média nacional.

Tabela 02 – Avaliação geral do Portal da Transparéncia de Canaã dos Carajás

Critério de Avaliação	Canaã dos Carajás	Média de Municípios (Raupp & Pinho)
Atualização (Tempestividade)	Excelente (Frequente)	Regular (Mensal)
Linguagem Cidadã	Baixa (Técnica)	Baixa (Técnica)
Uso de Gráficos/BI	Inexistente	Raro (Apenas capitais)
e-SIC (Transparéncia Passiva)	Funcional	Frequentemente omissos

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Portal da Transparéncia (2025)

A análise da Tabela 02 evidencia que Canaã dos Carajás apresenta desempenho superior à média nacional de grandes municípios no que se refere à infraestrutura tecnológica e à regularidade das informações disponibilizadas. Enquanto muitos municípios realizam atualizações apenas mensais, o portal local destaca-se pela tempestividade frequente, permitindo o acompanhamento quase em tempo real do fluxo financeiro decorrente da atividade mineradora.

Todavia, esse avanço tecnológico contrasta com limitações qualitativas persistentes. A predominância de linguagem técnica caracteriza a chamada “transparéncia opaca”, restringindo o controle social por parte do cidadão comum. Além disso, a ausência de ferramentas de visualização de dados, como painéis de Business Intelligence (BI) e gráficos interativos, dificulta a compreensão da destinação dos recursos da CFEM, mantendo o acesso à informação concentrado em usuários com maior domínio técnico.

Em contrapartida, o e-SIC configura-se como um ponto forte da gestão municipal, apresentando funcionamento regular e elevados índices de avaliação positiva quanto à cordialidade e à expectativa de resposta. Em síntese, Canaã dos Carajás alcança um



patamar de excelência técnica, mas ainda enfrenta desafios para converter a transparéncia formal em transparéncia cidadã, permanecendo alinhado ao padrão nacional de portais voltados prioritariamente à fiscalização institucional, em detrimento do empoderamento social.

4. Conclusão

A investigação sobre o Portal da Transparéncia de Canaã dos Carajás permitiu concluir que o município se encontra em um estágio avançado de prontidão tecnológica, mas ainda enfrenta o desafio da efetividade democrática. A análise dos dados fiscais demonstrou uma magnitude financeira extraordinária, com receitas que ultrapassam os R\$ 2 bilhões, sustentadas majoritariamente pela atividade mineradora (CFEM). Esta opulência orçamentária, embora positiva, eleva a responsabilidade da gestão em prover uma transparéncia que vá além do mero cumprimento legal.

No que tange à transparéncia passiva, os indicadores extraídos do Painel de Controle do E-SIC (Gráfico 02) revelam um desempenho institucional satisfatório. O índice de 59,4% de aprovação "Ótima" na expectativa de resposta e 65,6% em cordialidade demonstra que a prefeitura possui um canal de diálogo funcional e respeitoso com o cidadão. No entanto, a persistência de demandas focadas em áreas administrativas (Pessoal e Licitações), em detrimento de consultas sobre o planejamento de longo prazo dos royalties, indica que o controle social em Canaã ainda é mais reativo do que estratégico.

A principal contribuição deste estudo é o diagnóstico de que a transparéncia municipal, embora atenda aos órgãos de controle (TCM-PA e CGU), ainda opera sob uma lógica tecnicista. O "contabilês" presente nas planilhas de execução orçamentária atua como uma barreira invisível para o cidadão comum. Para que a "Terra Prometida" assegure um legado sustentável após a exaustão mineral, é imperativo que a transparéncia evolua para um modelo pedagógico.

Portanto, recomenda-se à administração municipal: Tradução de Dados: Implementação de um "Portal do Cidadão" com infográficos que expliquem, de forma lúdica, a aplicação da CFEM Georreferenciamento: Integração de mapas de obras em tempo real para que a transparéncia ativa seja visual e geográfica e criação de painéis de *Business Intelligence* (BI) simplificados e a promoção de oficinas de educação fiscal para a comunidade. A riqueza gerada pela mineração deve ser acompanhada de uma transparéncia que permita a qualquer cidadão entender como o patrimônio mineral está a ser convertido em desenvolvimento social duradouro para as gerações futuras

Em suma, Canaã dos Carajás tem a oportunidade histórica de converter sua riqueza mineral em um modelo de governança aberta. A transparéncia pública não deve ser vista como um fardo burocrático, mas como o mecanismo que garante que cada real proveniente do subsolo seja transformado em dignidade e futuro para a sua população.



Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEGHIN, Nathalie. **A relevância do controle social**. Brasília: INESC, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 06 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 07 jan. 2026.
- CANAÃ DOS CARAJÁS. **Portal da Transparéncia da Prefeitura Municipal**. Canaã dos Carajás, PA, 2026. Disponível em: <https://www.canaadoscarajas.pa.gov.br/transparencia>. Acesso em: 07 jan. 2026.
- CANAÃ DOS CARAJÁS. **Relatório de Gestão Fiscal: 3º Quadrimestre de 2024**. Secretaria Municipal de Finanças. Canaã dos Carajás, PA, 2025.
- GARDNER, James. **Governança e Recursos Naturais: o desafio da transparéncia**. São Paulo: Atlas, 2019.
- JARDIM, José Maria. **A Lei de Acesso à Informação Pública: dimensões políticas e arquivísticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos falar em prontidão institucional? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009.
- RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antônio Gomes de. Accountability em câmaras municipais: um estudo em grandes municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 773-798, maio/jun. 2013.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- ZUCOLOTO, S. C. **A importância do portal da transparéncia no controle social**. Revista de Gestão e Políticas Públicas, v. 5, n. 1, p. 45-62, 2015.